

## DOCÊNCIA NA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: FORMAÇÃO-ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO ASSOCIADO NO MOVIMENTO DE ASSOCIAÇÕES E COOPERATIVAS SOLIDÁRIAS

Laudemir Luiz Zart<sup>1</sup>  
Loriége Pessoa Bitencourt<sup>2</sup>  
Cristine Gonçalves Ribeiro<sup>3</sup>  
Maria José Dantas Souza<sup>4</sup>

Cáceres-MT, 03 de novembro de 2025.

Prezadas e prezados agentes sociais de formação-organização no campo do trabalho associado!

---

<sup>1</sup> Universidade do Estado de Mato Grosso Carlos Alberto Reyes Maldonado (UNEMAT), Cáceres – Mato Grosso (MT) – Brasil. Docente da Faculdade de Educação e Linguagem e do Quadro Permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu/UNEMAT), na linha de pesquisa: Educação, Diversidade e Interculturalidade. Coordenador e pesquisador do Núcleo de Estudos e Praxiologia da Universidade e do Mundo do Trabalho – Núcleo Unitrabalho da UNEMAT. e-mail: [zart@unemat.br](mailto:zart@unemat.br). Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9117-0782>

<sup>2</sup> Universidade do Estado de Mato Grosso Carlos Alberto Reyes Maldonado (UNEMAT), Cáceres – Mato Grosso (MT) – Brasil. Docente do Quadro Permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu/UNEMAT), na linha de pesquisa: Formação de Professores, Políticas e Práticas Pedagógicas, Cáceres, MT, Brasil.

E-mail: [loriege.pessoa@unemat.br](mailto:loriege.pessoa@unemat.br). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7643-2091>.

<sup>3</sup> Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal - Rio Grande do Norte (RN) – Brasil. Doutorando na área da Geografia. Integra com atividades de pesquisa e de extensão o Núcleo de Estudos e Praxiologia da Universidade e do Mundo do Trabalho – Núcleo Unitrabalho da UNEMAT. e-mail: [cristianegribeiro@outlook.com.br](mailto:cristianegribeiro@outlook.com.br). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1557-9727>

<sup>4</sup> Mestra em Educação (2022), especialização em Economia Solidária e Políticas Públicas (2017) e graduada em Direito (2011), todas as formações pela Universidade do Estado de Mato Grosso. Tem experiência na área do Direito, com ênfase em Direito Civil, Consumidor, Previdenciário, Cooperativo e de Família.

E-mail: [mjds.adv@gmail.com](mailto:mjds.adv@gmail.com). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3871-0652>

Nesta Carta Pedagógica apresentamos e refletimos sobre a docência em experiências de extensão universitária. Entendemos a docência como a prática pedagógica e social que articula as atividades e as gnosiologias nos complexos da pesquisa, do ensino e da extensão. Temos como propósito estabelecer diálogos com os/as leitores/as no campo educacional, em especial da extensão, sobre aprendizagens de como realizamos, sistematizamos e problematizamos processos sociais e epistemológicos para a produção social de conhecimentos pertinentes às realidades socioculturais, econômicas e culturais dos contextos vivenciados e projetados. Almejamos que elas provoquem a imaginação pedagógica e fortaleçam os laços, os referenciais teóricos e as práticas sociais da educação libertadora.

Compartilhamos ideias, processualidades e aprendizados que correlacionam a dialogicidade e a dialeticidade inspirados e substancializados em Paulo Freire. As atividades educacionais realizadas, na docência universitária, articularam o processo de formação de pessoas e da organização de associações e cooperativas solidárias. A prática social e pedagógica foi realizada na Universidade do Estado de Mato Grosso Carlos Alberto Reyes Maldonado (Unemat). A proposta foi institucionalizada sob a responsabilidade pedagógica, os encaminhamentos e tratativas institucionais acadêmicas pelo Núcleo de Estudos e Praxiologias da Universidade e do Mundo do Trabalho (Núcleo Unitrabalho).

O Núcleo Unitrabalho, pelas suas características institucionais, promove atividades formativas e organizacionais que implicam a constante interação dialógica da universidade com a sociedade, mais especificamente grupos sociais historicamente subalternizados, tendo como objetivo a compreensão das realidades-atualidades e os processos de transformação social.

Assentamos a nossa reflexão no conceito de produção social do conhecimento proposto em Zart (2012 e 2019) e complementado na perspectiva freireana (Zart, 2025). A produção social do conhecimento é interpretada pela conexão entre epistemologias, gnosiologias e práticas sociais, que se configuraram nos encontros aprendentes das pessoas, constituintes de práticas sociais, de visões de mundo, saberes e novos conhecimentos. São fluxos horizontalizados entre os saberes cotidianos dos grupos sociais e os conhecimentos científicos produzidos na universidade. A intersecção permite a pertinência e o desenvolvimento de conhecimentos adequados ao entendimento de problemas sociais e à construção social de possíveis soluções, bem como a releitura de mundo, a reflexão sobre os seres, os saberes, os modos de vida e a produção social da existência.

A experiência de formação-organização, aqui refletida, foi realizada com parcerias

firmadas entre a Unemat e a União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes-MT), entidade criada e concretizada pela capacidade política camponesa. Estabeleceram-se objetivos e metodologias para o fortalecimento e o desenvolvimento do trabalho associado em empreendimentos econômicos solidários e sustentáveis vinculados ao campo filosófico do cooperativismo solidário.

O processo de institucionalização das atividades de educação cooperativa, de diagnósticos participativos, de planejamento e de prospecção das entidades para a organização da produção, da comercialização e do consumo, teve como horizonte a viabilidade econômica e financeira das cooperativas, a ampliação e o aprofundamento da participação e da cultura da solidariedade. Além de fertilizar as práticas sociais de cooperação nas entidades singulares, realizam-se ações mobilizadoras e organizacionais em rede, ampliando a gestão e a governança como estratégia interrelacional qualificada para a implantação e o desenvolvimento da economia e da cultura do cooperativismo solidário.

Qual a justificativa da interação da universidade com a entidade cooperativa solidária camponesa? A Unemat e Unicafes-MT, têm um histórico de trabalhos conjuntos do 2019 ao ano de 2026, apresentamos e refletimos sobre esta caminhada, no desenvolvimento de projetos de formação e de organização do cooperativismo solidário com a inserção de professores/as e estudantes atuantes no Núcleo Unitrabalho.

A correlação de atividades aconteceram no planejamento e na execução de atividades de formação-organização em economia solidária e cooperativismo solidário, focando os conceitos de trabalho associado, movimentos sociais e educação popular. Estavam envolvidas instituições singulares (cooperativas/associações) e pessoas associadas da rede Unicafes-MT, na aplicação de metodologias e conteúdos, no programa de formação de cooperados/as para a qualificação, compreensão de teorias e conceitos básicos do cooperativismo solidário, e, na capacitação, entendimento dos instrumentos, habilidades e competências de gestão e administração cooperativa. Alinhavamos a organização pedagógica das dinâmicas de aprendizagem ao Programa de Educação do Cooperativismo Solidário (PECSOL), concebido e realizado no movimento formativo e organizacional da Unicafes-Brasil.

Na efetivação dos processos de educação cooperativa, as experiências na Unemat, professores/as e estudantes realizam a formação, a sistematização e a produção de conhecimentos pertinentes às realidades socioeconômicas e culturais da organização do trabalho associado, na interação e diálogos com atores sociais, fundamentados nos princípios epistemológicos e metodológicos da educação popular.

Os/as agentes universitários/as, no exercício das interrelacionalidades da docência, têm a implicação com a realidade social, no entendimento dos obstáculos e das potencialidades, na compreensão da organização cooperativa da classe trabalhadora, no nosso caso em específico, principalmente camponesa, para a geração de trabalho e distribuição igualitária da renda. A implicação, os registros de dados de campo, a sistematização e a interpretação teórica, são processos de produção de conhecimentos que envolvem, além dos/as pesquisadores/as, estudantes da graduação e do mestrado/doutorado de educação. Estudantes são convidados/as e envolvidos/as nas ações de planejamento, execução e avaliação, além da sistematização e interpretação para a elaboração de trabalhos acadêmicos nas formas de relatos de experiências, artigos científicos, monografias, dissertações e teses.

As ações de extensão universitária, na perspectiva dialógico-dialética freireana, são dinâmicas de reciprocidades e continuidades de atividades que interconectam agentes da universidade e de grupos socioprodutivos para, em processos de intercâmbios, dialogicidade, produção de conhecimentos adequados às realidades dos contextos econômicos e culturais dos/as sujeitos/as sociais e cognoscentes implicados/as, no movimento dialético, interpretar e transformar.

Na operacionalização das atividades de formação-organização, partimos das situações-limites e dos desafios das associações e cooperativas. Aplicando diagnósticos participativos, são identificados e sistematizados, os obstáculos e as limitações, e em termos dialéticos, são mapeadas e projetadas as possibilidades e as potencialidades, relativos aos conhecimentos no campo da gestão, da organização da produção e da comercialização dos produtos resultantes das atividades das organizações cooperativas. Neste sentido, as formações fomentam a qualificação e a capacitação dos/as associados/as de cooperativas e associações da agricultura familiar e da economia solidária de Mato Grosso para adquirir referenciais teórico-conceituais e desenvolver competências para analisar e implementar soluções nas organizações de trabalho associado.

Para a concretização do processo formativo nos embasamos em conceitos e metodologias que traduzem as práticas sociais e as ideias fundantes do movimento e da organização socioprodutiva do trabalho associado no cooperativismo solidário para a gestão, a governança e as relações sociais de cooperação e de solidariedade como cultura e como economia.

Na práxis educacional e organizacional realizada, o conceito de trabalho associado é fundante para as associações e as cooperativas. Constitui uma forma de organização que

promove a autonomia dos/as sujeitos/as e produz saberes a partir das experiências nas relações de trabalho. Trabalho associado é um

conceito tem relação com a ideia de práxis, saber popular, saberes da experiência, conhecimento tácito, trabalho como princípio educativo, produção de saberes em situação de trabalho, produção e legitimação de saberes do/no trabalho (Fischer e Tiriba, 2009 e p.186).

E complementam as autoras a ideia de que são,

[...] os saberes produzidos pelos trabalhadores nos processos de trabalho que se caracterizam pela apropriação coletiva dos meios de produção, pela distribuição igualitária dos frutos do trabalho e pela gestão democrática das decisões quanto à utilização dos excedentes (sobras) e aos rumos da produção (Fischer e Tiriba, 2009, p. 293/8).

O trabalho associado é uma forma de organização coletiva, a qual se constitui base na apropriação dos meios de produção, na distribuição igualitária, gerando cooperação, solidariedade, capacidade de deliberação e tomada de decisão coletiva, para que seja possível o efetivo exercício da democracia no espaço laboral. É assim uma estratégia político-pedagógica no campo da economia e da cultura solidária. Por se tratar de uma pedagogia da produção associada que visa à ação, pesquisa, produção, mobilização e à sistematização de saberes, volta-se ao fortalecimento das relações de trabalho, em uma perspectiva de autogestão e de criação de sociabilidades pautadas em valores e conceitos de solidariedade, de cooperação, de auto-organização e de autogestão. Nestes termos há uma contextualização e teorização diferentes ao da lógica dominante da competição e da concorrência. Considera-se, portanto, o trabalho associado

[...] como perspectiva político-pedagógica distinta do capital, a pedagogia da produção associada apresenta-se como campo teórico-prático que visa ao estudo e à concretização dos processos educativos cujos objetivos de ação e pesquisa são a socialização, produção, mobilização e sistematização de saberes voltados ao fortalecimento de atividades econômicas fundadas na autogestão do trabalho e da vida em sociedade, contribuindo para a formação humana omnilateral [...] (Fischer; Tiriba, 2009, p. 297).

Nesse sentido, há uma interligação dos processos organizacionais, educacionais, econômicos, políticos e culturais na perspectiva de transformação dos/as sujeitos individuais e coletivos para uma atuação autônoma e consciente na vida e nas organizações econômicas.

O trabalho associado é uma estratégia utilizada com e pelos grupos populares,

associações e cooperativas para viabilizar a produção, bem como resgatar e/ou ressignificar o trabalho coletivo, os valores e princípios que orientam as relações no mundo do trabalho.

Na dissertação de Souza (2022), que investigou e abordou experiências de formação e de organização, e por conseguinte de sistematização e de elaboração teórica, realizadas nas atividades do Núcleo Unitrabalho, observou e interpretou que as organizações coletivas, ao desenvolver atividades de economia solidária, elaboram e ampliam a compreensão sobre temáticas como a auto-organização, a autogestão, o trabalho associado, a participação e os compromissos democraticamente estabelecidos, realizados e avaliados. A práxis de formação e organização demonstra que a consciência das pessoas se constitui no processo de organização do trabalho associado. Os saberes são adquiridos e compartilhados nas práxis políticas e pedagógicas.

Aprendemos no âmbito do Núcleo Unitrabalho, nas atividades de extensão universitária, nos processos de formação e de organização, com metodologias participativas, que as pessoas percebem e apreendem as contradições sociais da realidade social e adquirem conhecimentos adequados para a compreensão das práticas sociais solidárias. Portanto, o trabalho associado, além de ser uma atividade laboral, é a busca constante da coletividade da vida em comunidade, estruturante de espaços de práticas sociais e pedagógicas de aprendizagens e da produção social de conhecimentos adequados aos contextos culturais e econômicos dos grupos sociais subalternizados e em processo de emancipação social.

Nas nossas atividades de formação-organização nos indagamos: o que revelam as relações sociais e as práticas pedagógicas do trabalho associado e do cooperativismo solidário? Inferimos que os desdobramentos da processualidade educacional e política dos movimentos de cooperação são constituintes de valores e práticas solidárias, de humanização dos homens e das mulheres. São marchas coletivas em direção ao inédito viável, à utopia freireana, da ontologia e antropologia de afirmação do Ser Mais.

A natureza que a ontologia cuida se gesta socialmente na história. É uma natureza em processo de estar sendo com algumas conotações fundamentais sem as quais não teria sido possível reconhecer a própria presença humana no mundo como algo original e singular. Quer dizer, mais do que um ser no mundo, o ser humano se tornou uma presença no mundo, com o mundo e com os outros. Presença que, reconhecendo a outra presença como um “não eu” se reconhece como “si próprio”. Presença que se pensa a si mesma, que se sabe presença, que intervém, que transforma, que fala do que faz mas também do que sonha, que constata, compara, avalia, valora, que decide, que rompe. E é no domínio da decisão, da avaliação, da liberdade, da ruptura, da opção, que se instaura a necessidade da ética e se impõe a responsabilidade (Freire, 2015, p. 20).

As práticas sociais e pedagógicas da educação cooperativa revelam o ser humano no mundo, com o mundo e com o/a outro/a se constituindo como ser histórico, pois “a história é tempo de possibilidades e não de determinismo” (Freire, 2015, p. 20). E o trabalho associado é um modo de superar as relações de subordinação, é estar em cooperação promovendo a existência humana. E nesse processo de aprimoramento das sensibilidades e sentidos humanos, cuidado pela vida em convivialidades solidárias, o fazer, a ação do cotidiano, torna-se um processo criativo exigente, criterioso, reflexivo que conduz às mudanças pessoais, sociais e estruturais.

No campo da organização da economia solidária, onde o trabalho associado se efetiva, compreendemos que ao mudar o processo produtivo, muda-se também o modo de consumo. Há uma correlação das práticas de produção-comercialização-consumo. Das relações intra-inter-empresendimentos econômicos solidários e sustentáveis, nas capacidades e habilidades de gestão e de governança institucionais coletivos. Os/as sujeitos sociais cooperantes, participantes da formação-organização, demonstram que as mudanças de entendimentos e das práticas sociais ocorrem nos processos educacionais e são conscientizadores do estar no mundo, com o/a outro/a e com a natureza. As escolhas na produção, na comercialização e no consumo mudam quando se enxergam as dimensões econômicas e da vida para além das próprias necessidades e quando há comprometimento com o bem-viver coletivo.

Neste sentido, o trabalho associado, como princípio educativo, é constitutivo de relações sociais na perspectiva da economia solidária, como outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada dos meios de produção-consumo. Conforme Singer (2002, p. 10), é preciso “horizontalizar e democratizar as relações e por isso o trabalho associado e a autogestão são categorias centrais nesse processo”.

Puhl (2014) afirma que “vivemos numa cadeia cultural de dependência”, em que as relações se estabelecem de modo desigual e dependente, que divide as pessoas, no exercício do poder dominante, em dois grupos: os que mandam e os que obedecem. Em termos de contradição elucidada que a democracia na autogestão desconstrói as relações dominadoras, rompe com as relações de poder dominação e propõe a participação, na qual as decisões são tomadas coletivamente, constrói-se o poder obediencial, conforme argumenta Dussel (2007), quando o povo toma a palavra e efetivamente realiza o movimento histórico de práticas sociais concretas de contra-hegemonia.

É imprescindível considerar que, no âmbito dos empreendimentos econômicos solidários, na organização cooperativa, as relações sociais se estabelecem e se afirmam em

torno de objetivos comuns. A autogestão como poder obediencial é um escopo desejável e necessário e por isso um desafio a ser concretizado todos os dias. A autogestão é um

[...] projeto de organização democrática, privilegia a democracia direta. Esta constitui um sistema em que voluntariamente, sem perceberem remuneração e sem recorrerem a intermediários, os cidadãos debatem todas as questões importantes, em assembleias (Mothé, 2009, p. 26/30).

Ou seja, nas caminhadas na docência de formação-organização engendradas no Núcleo Unitrabalho entendemos que o exercício da democracia direta e a tomada de decisão coletiva, exigem dos/as sujeitos/as envolvidos/as a libertação dos padrões de dependência, inerentes às estruturas de classes sociais e de poderes de dominação embasados na raça e no gênero. A superação requer a coletividade como convergência organizadora de uma nova hegemonia.

Vejam então leitores e leitoras, que a autogestão é um processo pedagógico pelo qual passam os/as sujeitos/as para se reeducarem enquanto sujeitos/as sociais, ocupam espaços na gestão, execução e monitoramento de atividades no âmbito dos empreendimentos econômicos solidários. Trata-se da educação e/ou reeducação cultural, para atuação nas vivências coletivas e, conseqüentemente, de forma ampliada em sociedade. A implicação de homens e mulheres nas organizações de trabalho associado exige um superesforço intelectual, ético e político para superar a cultura de subordinação para alcançar a cultura da autonomia, da auto-organização e da autogestão.

E, por isso, a autogestão é,

[...] uma ferramenta pedagógica de formação e educação de todos os envolvidos, pois a autogestão exige a participação dos sujeitos em relação de igualdade não só no processo de produção, mas igualmente no processo de tomada de decisão do empreendimento, ou, em grau, mais elevado, na sociedade (Sguarezi, 2011, p. 64).

A autogestão é também uma tomada de consciência e um compromisso individual com o coletivo e no coletivo, o que só é possível com a transformação pessoal dos/as sujeitos/as que vivenciam as experiências associativas e cooperativas para produzir, comercializar e consumir numa perspectiva da cultura contra-hegemônica.

Sabemos, no entanto, que estamos inseridos/as e fomos educados/as em uma sociedade capitalista, que é também patrimonialista e paternalista, e nesta os/as indivíduos/as são familiarizados/as e acostumados/as com as relações de subordinação, silenciamentos e alienação. Como então, nos processos produtivos, as pessoas se tornam dispostas a planejar,

organizar e executar coletivamente as atividades de uma organização de trabalho associado? Afinal, obedecer a ordens e cumprir determinações é muito mais simples. Isso difere bastante no que se entende por cooperativa ou por ações cooperativas, em que não se cumprem exatamente ordens, mas se decide em conjunto o que, como, quando e por que fazer, isto é, afirmar e realizar a autogestão.

Destacamos dois elementos que são constituintes da cultura solidária, o sentido de pertencimento e o comprometimento com o coletivo. Na prática, o sentido de pertencimento gera uma postura proativa do/a cooperado/a, que, desafiado/a a sair do lugar de espectador/a, se assume comprometido/a com o grupo. As processualidades formativas e organizacionais nos ensinaram as possibilidades e as potencialidades da transformação das experiências de trabalho associado. As dinâmicas de mudanças sociais no movimento do cooperativismo solidário ocorrem de dentro para fora e de fora para dentro, na dimensão cultural constitutiva, envolvendo as pessoas nas suas individualidades e as relações sociais nas coletividades.

Vejamos o que Zart pontua sobre autogestão nesse processo,

**Autogestão:** quando os empreendimentos econômicos solidários estão organizados ou em processo de institucionalização, desenvolvendo a cultura autogestionária. Está embasada nos princípios éticos da autonomia, da transparência, da consensualidade, da honestidade e da alteridade. Opõe-se aos processos de heterogestão, quando alguém com poder externo e separado do grupo social impõe as normas a serem ética e política da agremiação e na configuração da organização social em forma de comunidade. É a afirmação da proximidade gerando a cultura do compartilhamento de costumes, interesses, crenças, valores. O estar em comum em todas as necessidades e possibilidades: materiais e espirituais. Na reciprocidade coletiva ocorre a construção de estruturas, organizações e relações sociais de corresponsabilidade para a elevação da humanidade do humano, portanto, da existência com bases de igualdade social e de reconhecimento das diferenças culturais, ou seja, nos valores e nas práticas sociais de participação integral do homem e da mulher nas organizações sociais (Zart, 2017, p. 04).

E nesse movimento de reciprocidade coletiva os/as cooperados/as vão tecendo as relações sociais de corresponsabilidades, tomando consciência das contradições para alcançar a superação das contradições inerentes ao modo de produção do capital.

Colocamos como princípio fundante nas nossas práticas sociais e pedagógicas, que as cooperativas de economia solidária são empreendimentos coletivos de atuação e práxis onde se estabelecem compromissos para a elevação da humanidade do homem e da mulher, como experiência de vida e propagação da cultura de valorização das pessoas e de tudo que contribui para uma existência mais justa e solidária.

Nesse processo os sujeitos compartilham o tempo existencial e se desafiam para

participar conjuntamente da gestão do empreendimento, bem como, das atividades de mobilização e atuação em que precisam e devem atuar como espaço de coletivo de práticas solidárias e sustentáveis.

Aprendemos nas experiências de formação-organização que o tempo de participação e integração de cada um/a dos/as cooperados/as é processualmente diferente e acontece dentro das possibilidades de cada um/a dele/as. Condições que devem ser consideradas e respeitadas. Na perspectiva da politecnicidade, conforme a composição da diretoria/liderança e as implicações dos/as associados/as, o grau de mobilização e atuação dos/as membros/as se modificam, com maior ou menor expressão, em cada momento e de em conformidade com a cultura de origem e dos aprendizados das inserções nas organizações coletivizadas.

Em decorrência das experiências de formação-organização olhamos o cooperativismo solidário como movimento social, além das entidades singulares e da mobilização e constituição em rede de cooperação e colaboração. Apreendemos que os movimentos sociais populares em seus processos de formação e vivências estão fortemente orientados pelos princípios da solidariedade, da autogestão, da livre adesão, da participação democrática, ética responsável e do trabalho associado. Nestes termos, o cooperativismo solidário tem se articulado de modo a conquistar políticas públicas de garantias de direitos e de participação popular nos projetos políticos para a regulação eficaz para a viabilidade jurídica e contábil dos empreendimentos cooperativos, os investimentos públicos para o fomento e desenvolvimento das organizações de trabalho associado.

Para a consecução dos objetivos organizacionais o movimento cooperativo tem fundamentado experiências educacionais nas epistemologias e metodologias da educação popular. Na medida em que ela corresponde à pedagogia do oprimido, e não para ele, constitui-se como uma nova filosofia da educação, conforme Zitkoski (2022) que articula em movimentos orgânicos as dimensões históricas, epistemológicas e antropológicas. Encontramos em Freire o significado problematizador da existência humana, mas não como fatalismo histórico, mas como fundamento ético e político da compreensão do ser humano como inacabamento, por isso de fazimento, de inserção, de homens e mulheres, ativos/as na construção social de realidades solidárias.

Importante lembrarmos que os movimentos sociais populares são considerados por Freire como uma grande escola da vida. Neles, a práxis pedagógica e social nas lutas sociais de transformações das estruturas e das práticas opressoras são fundantes das condições de vida que são articuladas com a reflexão sobre o entorno e sobre estratégias de inserção

compromissada. "É por esse caminho, diz Freire, que o Movimento Popular, vai inovando a educação" (Freire & Nogueira, 1989, p. 66). Os movimentos sociais populares são forças políticas e pedagógicas que instruem as práticas educativas.

Reiterando esse entendimento, Paludo, traz a definição de educação popular:

A educação popular vai se firmando como teoria e prática educativas alternativa às pedagogias e às práticas tradicionais e liberais, que estava a serviço da manutenção das estruturas do poder político, de exploração da força de trabalho e do domínio cultural. Por isso mesmo, nasce constitui-se como "Pedagogia do Oprimido", vinculada ao processo de organização e protagonismo dos trabalhadores do campo e da cidade, visando à transformação social (Paludo, 2012, p. 283).

É nesse sentido, que se concebe a educação popular como sendo um elemento de transformação dos/as sujeitos/as, pois contém em sua essência a capacidade de despertar nos/as educandos/as o olhar crítico sobre si e sobre sua realidade e a projeção de processos e práticas sociais transformadoras.

As reivindicações dos movimentos sociais populares são a clara expressão da insatisfação dos/as sujeitos/as inseridos/as e militantes com o contexto socioeconômico e político. O ato de rebeldia foi e continua sendo, um grito de liberdade, de pensamento e de ação. E a educação popular tem um papel fundamental no processo libertador e solidário.

Na correlação de economia solidária, cooperativismo solidário e educação popular no processo de formação-organização, retomamos Fischer e Tiriba, quando apresentam para esse contexto, o trabalho associado, compreendido como sendo:

[...] os saberes produzidos pelos trabalhadores nos processos de trabalho que se caracterizam pela apropriação coletiva dos meios de produção, pela distribuição igualitária dos frutos do trabalho e pela gestão democrática das decisões quanto à utilização dos excedentes (sobras) e aos rumos da produção (2019, p. 293).

Nessa perspectiva, concebemos o movimento do cooperativismo solidário, ao exercitar experiências de trabalho associado, como um espaço pedagógico, além do econômico, social e cultural. Ainda seguindo o pensamento das mesmas autoras, especificam o conceito nos seguintes termos:

O conceito relaciona-se à ideia de práxis, saber popular, saberes da experiência, conhecimento tácito, trabalho como princípio educativo, produção de saberes em situação de trabalho, produção e legitimação de saberes do/no trabalho (Fischer e Tiriba, 2009, p. 293).

Compreendemos o trabalho associado como sendo estratégia político-pedagógica no campo da economia solidária, conseqüentemente complementar a educação popular e estruturante do cooperativismo solidário. Por se tratar de uma pedagogia da produção associada que visa a ação, a pesquisa, a produção, a mobilização e a sistematização de saberes voltados ao fortalecimento das atividades econômicas, em uma perspectiva de autogestão do trabalho e vida em sociedade (Fischer; Tiriba, p. 297).

O trabalho associado,

[...] como perspectiva político-pedagógica distintas do capital, a pedagogia da produção associada apresenta-se como campo teórico-prático que visa ao estudo e à concretização dos processos educativos cujos objetivos de ação e pesquisa são a socialização, produção, mobilização e sistematização de saberes voltados ao fortalecimento de atividades econômicas fundadas na autogestão do trabalho e da vida em sociedade, contribuindo para a formação humana omnilateral [...] (Fischer; Tiriba, 2009, p. 297).

Ou seja, há uma interligação desses processos sempre na perspectiva de transformação dos/as sujeitos/as individuais e coletivos, para uma atuação auto-organizativa e autogestionária, tendo como corolário a práxis consciente na vida e nas organizações de trabalho associado.

Nesse liame de ideias e reflexões, há elementos fundamentais ao processo de emancipação dos/as sujeitos/as vivenciados nos movimentos sociais, pela ou com a educação popular.

Os/as sujeitos/as em movimento se recriam e se reinventam no caminhar entre teorias e práticas. Como afirma Freire: [...] existir, humanamente, é pronunciar o mundo, é modificá-lo. O mundo pronunciado, por sua vez, se volta problematizado aos sujeitos pronunciantes, a exigir deles um novo pronunciar (Freire, 2005, p. 90).

Dessa forma, não há como não reconhecer que os movimentos sociais populares são campos férteis para a educação popular, para a economia solidária, para o cooperativismo solidário, nas organizações de trabalho associado, estão intimamente ligados, e que não seria inteligente dissociá-los. Reconhecemos pelas nossas práticas formativas, inclusive que, os homens e as mulheres que vivem esse processo aprendem a se pronunciar, a existir, a se organizar e a modificar o mundo. Pois como bem concluiu Freire “não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão” (Freire, 2005, p. 90).

A formação e a organização no campo teórico e das práticas sociais do trabalho associado se diferencia do que produz a sociedade capitalista consumista, que tem todo um

aparato estrutural trabalhando intensamente no processo de alienação dos sujeitos. A política do consumo compulsório tem transformado o ser humano em um escravo consumista. São homens e mulheres vazios de si mesmos/as, alienados/as e cativos/as, que mal se dão conta de sua existência.

Machado (2010) correlaciona o trabalho com a educação, e as possibilidades de formação omnilateral. A omnilateralidade, conceito marxiano, indica a filosofia de superação das relações sociais de alienação, de unilateralidade, inerentes ao modo de produção da cultura do capital. A superação desta visão é possível nos processos de trabalho, e não na educação isolada. Desta forma interpretamos o trabalho associado como espaço-tempo, assentado na educação histórico-crítica, como processo de contradição, de negação do trabalho alienado e afirmação do trabalho como princípio educativo.

Sobre o processo de alienação vivenciado na sociedade do capital,

Alienação é um processo histórico social, não é condição característica do ser humano. É uma tendência, e não uma condição de todo e qualquer trabalhador. A alienação faz parte de uma estrutura político-econômica determinada, que é a capitalista. Está claro, portanto, que a superação da alienação implica a superação do modelo de sociedade capitalista e a implantação de um novo tipo de sociedade, a sociedade socialista, que de acordo com a concepção marxista, é condição de regresso do homem a si mesmo, como ser social, e de uma relação autenticamente humana, por permitir a libertação total de todas as forças humanas (Sushodolski, 1976, p. 95).

Na guisa de finalizar a nossa carta queremos demonstrar que compreender a interrelação da economia solidária, do cooperativismo solidário, do trabalho associado e da educação cooperativa nos movimentos sociais populares faz toda a diferença. Os/as sujeitos/as só se contrapõem a ordem vigente ao passo que se dão conta de que o modelo de sociedade do capital não lhes serve, não corresponde aos anseios e às necessidades de homens e mulheres livres, apropriados de si, sujeitos solidários e comprometidos com o bem comum, via a organização do trabalho associado.

Esse é sem dúvida, um grande desafio a ser enfrentado pelos sujeitos sociais no período histórico da atualidade, dado a urgência dos tempos e dos anseios individuais, coletivos e que se influem na construção de relações sociais solidárias.

Viver esse processo de transformação é interiorizar os princípios da solidariedade, do respeito em seu sentido mais amplo, da liberdade, da democracia e da criatividade tão combatidos e deturpados pelo sistema opressor vigente.

E a educação popular tem seu papel fundamental nesse processo, porque a educação

é mais do que ensino, é um processo de formação humana é compreendida como instrumento de transformação.

Haja o comprometimento da educação cooperativa e popular em possibilitar aos sujeitos um pensar crítico, que não aceitam a dicotomia mundo-homem, mas que, reconhecem entre eles e elas uma inquebrantável solidariedade, que se opõe ao pensar ingênuo que se limita em ver o tempo histórico como um peso (Freire, 2005, p. 95).

É tempo de revolução, revolução interna e pessoal, ao mesmo tempo em que, é também tempo de revolução externa, social, política, intelectual e coletiva.

É certo que, os tempos de mudanças possibilitam aos sujeitos a incrível oportunidade de transformação, de transcendência, do pensar, do agir, do refletir e do sentir. Os redimensiona no saber e os possibilita um existir humanamente no mundo de temporalidades.

Nesse contexto dá-se a importância de se possibilitar aos sujeitos sociais uma educação crítica, capaz de levá-los a perceber as contradições do sistema capitalista e da sociedade em que vivem.

Na reflexão de Zart,

[...] A capacidade crítica está direcionada para duas questões importantes. A primeira está relacionada aos fundamentos intelectuais que geram as competências para a compreensão das contradições socioeconômicas das estruturas sociais. [...] Complementar ao método analítico, a teoria crítica é configurada pelo processo propositivo, ou de afirmação, isso é, de construção de que se denomina de democracia popular [...] (Zart, 2014, p. 16).

Daí a relevância de se proporcionar aos/às sujeitos/as um processo educacional emancipatório e dialético, no qual o conhecimento ocorre na relação de um/a sujeito/a com o/a outro/a não de um/a para o/a outro/a. Trata-se de uma relação horizontal. Afinal “ao revolucionário cabe libertar e liberta-se com o povo, não conquistá-lo” (Freire, 2005, p. 97/98). É essa relação pedagógica que identificamos como sendo o papel da educação popular no âmbito dos movimentos sociais, das organizações sociais e econômicas de trabalho associado.

Em outras palavras, a pedagogia do oprimido freireana é uma metodologia prático-teórica que inspira a educação popular em um processo dialético e emancipatório, dos/as sujeitos/as individuais e coletivos, instrumentalizando-os/as intelectualmente nas suas lutas por direitos e por uma sociedade solidária.

O trabalho associado, o cooperativismo solidário, a educação popular enquanto elementos de transformação dos/as sujeitos/as têm possibilitado a esses indivíduos uma

atuação crítica, consciente e comprometida com a construção de uma sociedade digna e justa para todos/as. Mas não apenas isso, também propiciado aos homens e mulheres um profundo e necessário conhecimento de si mesmos, sobre sua atuação no mundo e suas relações com o/a outro/a, com o mundo e com a natureza, levando-os/as a um processo de humanização e interação com tudo que constitui e possibilita a omnilateralidade, por isso emancipadora. Para reflexões continuadas nos questionamos, e deixamos para a rede de diálogos com outros/as educadores/as populares, a pergunta, quais os desafios e as possibilidades prático-teóricos dos conhecimentos compromissados e emancipadores?

**Palavras-chave:** Docência-formação; Extensão universitária; Trabalho associado; Organização; Cooperativismo solidário.

## REFERÊNCIAS

- DUSSEL, Enrique. **20 teses de política**. Trad. Rodrigo Rodrigues. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO: São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- FICHER, Maris Clara; TIRIBA, Lia. Saberes do trabalho associado. CATANNI, Antônio Davi et al. In: **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Almedina/CES: Coimbra, 2009.
- FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. Rio de Janeiro/São Paulo, Paz e Terra, 2015.
- FEIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2005.
- MACHADO, Ilma Ferreira. **Organização do trabalho pedagógico em uma escola do MST e a perspectiva de formação omnilateral**. Campinas: Editora RG, 2010.
- FREIRE, Paulo; NOGUEIRA, Adriano. **Que fazer: teoria e prática em educação popular**. Petrópolis: Vozes, 1989.
- MOTHÉ, Daniel. Autogestão. In: CATTANI, Antonio David. Et al. (org.) **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Almedina/CES: Coimbra, 2009. p. 26-30.
- PALUDO, Conceição. Educação Popular. In: CALDART, Roseli. S. Et al: (org.) **Dicionário de Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. 788p. – p. 282-287.
- PUHL, João Ivo. Participação política e didática autogestionária. In. ZART, Laudemir Luiz e MENDES, Edson Penha. **Política e Participação**. Cáceres/MT, UNEMAT Editora, 2014 (Caderno Pedagógico III).
- SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2002.
- SGUAREZI, Sandro Benedito. **Autogestão e Economia Solidária: limites e**

possibilidades, São Paulo, 2011.

SOUZA, Maria José Dantas. **A Cooperativa de Consumo Solidário e Sustentável – COOPERSSOL, espaço pedagógico de educação com as/os prosumidoras/es.**

Cáceres/MT, [http://portal.unemat.br/media/files/PPGEdu/DISSERTAO -  
\\_MARIA JOS DANTAS SOUZA COM FICHA.pdf](http://portal.unemat.br/media/files/PPGEdu/DISSERTAO_-_MARIA JOS DANTAS SOUZA COM FICHA.pdf), 2022.

SUCHODOLSKI, Bogdan. **Teoria marxista de educação.** Lisboa: Editorial Estampa, 1976.

ZART, Laudemir Luiz. Educação política em processos participativos. In: ZART, Laudemir Luiz e MENDES, Edson Penha. **Política e Participação.** Cáceres/MT, UNEMAT Editora, 2014 (Caderno Pedagógico III).

ZART, Laudemir Luiz. Produção social do conhecimento nas experiências da socioeconomia solidária no Núcleo Unemat-Unitrabalho. In: ZART, Laudemir Luiz, PAEZANO, Eliane dos S.M, MARTINS, Jucilene de Oliveira (Org.). **Educação e Socioeconomia Solidária: fundamentos da produção social do conhecimento.** Cáceres: Editora Unemat, 2019. p.157-184; Vol. VIII.

ZART, Laudemir Luiz. **Produção social do conhecimento na experiência do curso de agronomia dos movimentos sociais do campo (CAMOSC):** interação da Unemat e de movimentos sociais do campo. Campinas/SP, 2012.

ZART, Laudemir Luiz. **Sociologia do conhecimento:** a produção social do conhecimento em Paulo Freire. Porto Alegre: Cirkula, 2025.

ZITKOSKI, Jaime José. **Paulo Freire: e uma nova filosofia da educação.** Porto Alegre: Cirkula, 2022.